

Depoimento das coordenadoras sobre estar na linha de frente da greve

Páginas 6 e 7

A luta não terminou em 2026. O novo ano promete nos desafios

Contracapa

Edição 236
Dezembro de 2025
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

EDIÇÃO ESPECIAL



A FORÇA DOS EDUCADORES

Em 2025, a educação pública de Santa Maria escreveu uma página que não se apaga. Depois de décadas sem greves, professoras e professores, ativos e aposentados, ocuparam escolas, ruas e a Câmara de Vereadores para dizer basta aos retrocessos. A mobilização coletiva freou a reforma da previdência, barrou o parcelamento do 13º salário e reafirmou que direitos não se negociam no silêncio. Esta edição registra a força de uma categoria que, quando se levanta, transforma luta em conquista e presença em futuro.

A mobilização histórica das professoras e professores

Página 3

A linha do tempo da luta em imagens

Páginas 4 e 5

EDITORIAL

UMA EDIÇÃO PARA FICAR NA HISTÓRIA

O ano de 2025 entrará para a história do magistério municipal de Santa Maria como um marco de coragem, organização e consciência coletiva. Depois de décadas sem mobilização dessa magnitude, sem greve dos professores desde 2001 e sem paralisação geral dos servidores municipais desde 1988, a categoria voltou a ocupar seu lugar de protagonismo e reafirmou, com firmeza, seu papel essencial e insubstituível na defesa da educação pública e dos direitos do funcionalismo.

Diante do envio, pelo Executivo Municipal, de uma proposta de reforma da previdência que atacava direitos históricos e de um projeto que previa o parcelamento do 13º salário ou a imposição de empréstimos bancários aos servidores, a indignação rapidamente se transformou em ação coletiva. Professoras e professores, ativos e aposentados, compreenderam que não se tratava de medidas pontuais, mas de um projeto mais amplo de desvalorização do serviço público. E, diante desse cenário, escolheram não recuar.

Com coragem, determinação e unidade, a categoria construiu um movimento forte, democrático e persistente. Escolas pararam, ruas foram ocupadas, assembleias reuniram centenas de trabalhadores e trabalhadoras, e as vigílias na Câmara de Vereadores tornaram-se símbolo de resistência e vigilância popular. A presença constante dos educadores no Legislativo foi decisiva para expor os projetos à luz

do debate público e para exigir que vereadores e vereadoras se posicionassem diante de propostas que afetavam diretamente a vida de milhares de famílias santa-marienses.

O resultado dessa mobilização é histórico. Uma greve de um mês foi transformada em conquista concreta: os projetos de reforma da previdência foram interrompidos e o plano que previa o parcelamento ou a financeirização do 13º salário foi retirado. Mais do que barrar retrocessos, a luta de 2025 reafirmou a força da organização sindical, a importância da unidade entre ativos e aposentados e o valor da mobilização permanente como instrumento de defesa de direitos.

Esta edição especial do Primeira Classe é uma celebração dessa força coletiva. Nas páginas que seguem, estão registros, imagens, análises e depoimentos que comprovam uma verdade histórica: quando a categoria se une e a mobilização se torna consciente, nada é inevitável. A luta que nos foi imposta transformou-se em luta assumida, politizada e vitoriosa.

Que este jornal não seja apenas memória, mas também semente. Que sirva para inspirar, fortalecer e preparar o caminho que segue. Que 2026 chegue com a categoria ainda mais organizada e a certeza de que resistência, presença e mobilização não são reações momentâneas, são pilares permanentes da dignidade, da justiça social e da defesa intransigente da educação pública municipal.



NOVO MÉTODO DE AVALIAR O ENSINO MÉDIO, É TROCAR SEIS POR MEIA DÚZIA



O Ministério da Educação anunciou que o Enem passará a ser utilizado como avaliação do ensino médio, em substituição ao Saeb. A CNTE vem reforçar que a mudança não enfrenta o problema estrutural. Apenas substitui um exame por outro, preservando a mesma lógica reducionista que há décadas direciona as políticas educacionais.

O Enem não foi criado para avaliar a qualidade do ensino médio. Ainda segue os passos do Saeb, ao manter o foco exclusivo em testes cognitivos em larga escala para avaliar a qualidade da educação, deixando de lado dimensões essenciais do direito à educação. Reforçamos que a qualidade educacional é multidimensional e envolve condições de trabalho, gestão, equidade, clima escolar, cidadania, direitos humanos, infraestrutura e práticas pedagógicas — aspectos reconhecidos pelo próprio Inep na Matriz de Qualidade do Saeb, composta por sete eixos estruturantes.

Insistir em medir a escola apenas por um teste massivo significa desconsiderar o trabalho docente, reduzir o currículo e reforçar pressões por desempenho, efeitos amplamente documentados na literatura acadêmica e detalhados no artigo “Qualidade da educação básica: Para além dos testes cognitivos”. Avaliar educação não é aplicar uma prova.

A CNTE defende um modelo de avaliação que reconheça a complexidade do processo educacional, considere o contexto das escolas e dialogue com professoras, professores e comunidades. Trocar o exame sem revisar a lógica é apenas trocar seis por meia dúzia.

Por uma educação pública e de qualidade! Em todas as suas dimensões.

CHARGE DO ELIAS



VENCEMOS!

2025: A MOBILIZAÇÃO QUE MUDOU O RUMO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Categoria aguardou prefeitura protocolar projeto de reforma da previdência na Câmara de Vereadores para deflagrar greve



Em 2025, a gestão municipal de Santa Maria apresentou um pacote de projetos que alteravam profundamente as regras que regem a vida funcional dos servidores públicos. Entre eles, estavam propostas de reforma da previdência municipal e um plano que, na prática, transformaria o pagamento do 13º salário em uma obrigação parcelada ou condicionada à contratação de empréstimos bancários. Para o magistério municipal, tratava-se de um ataque direto a direitos históricos, construídos ao longo de décadas de luta e organização coletiva.

A reação da categoria foi imediata. Professoras e professores compreenderam que aquele conjunto de medidas não era isolado nem circunstancial, mas parte de uma política que penalizava os servidores para compensar escolhas administrativas equivocadas. O sentimento de indignação rapidamente se converteu em mobilização, fortalecida pela memória coletiva de que não havia greve dos professores em Santa Maria desde 2001, — e de que, justamente por isso, o momento exigia firmeza e responsabilidade histórica.

Diante da gravidade da conjuntura, o Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (Sinprosm) convocou assembleias públicas e iniciou um amplo processo de debate nas escolas. A resposta foi expressiva: grande adesão da categoria nas discussões e, de forma democrática, a apro-

vação do indicativo de greve. Com a ausência de respostas concretas por parte do Executivo Municipal e a manutenção dos projetos em tramitação, a categoria deflagrou greve a partir do dia 5 de novembro, dando início a um dos mais importantes movimentos da história recente do serviço público municipal.

O impacto da paralisação foi imediato e visível. Nas primeiras semanas, 27 escolas aderiram integralmente à greve de forma parcial ou alternada. A mobilização extrapolou os muros das escolas: atos públicos, caminhadas, assembleias massivas e vigílias permanentes durante as sessões da Câmara de Vereadores passaram a marcar o cotidiano da cidade. O apoio da comunidade escolar foi importante para sustentar o movimento e ampliar o debate público sobre os projetos em curso.

As vigílias na Câmara desempenharam papel central na luta. A presença constante dos educadores no Legislativo pressionou vereadores e vereadoras, expôs contradições da base do governo e obrigou parlamentares, tanto da situação quanto da oposição, a se posicionarem publicamente sobre a reforma da previdência e o parcelamento do 13º salário. Ao longo das semanas, as sessões foram marcadas por debates intensos, tentativas de manobra e episódios de cerceamento da manifestação popular, o que apenas reforçou a legitimidade da mobilização.

Com o avanço da greve, as pressões se intensificaram. Entidades sindicais de outras categorias se somaram à luta, fortalecendo a unidade do funcionalismo público. Setores da sociedade civil, especialistas e lideranças políticas passaram a questionar a viabilidade e a justiça das propostas apresentadas pelo Executivo, especialmente a tentativa de transferir aos servidores o ônus financeiro por meio de parcelamentos ou empréstimos bancários. O desgaste político do governo tornou-se evidente.

No dia 3 de dezembro, em assembleia geral, o Sinprosm homologou o fim da greve. A decisão foi tomada após o anúncio oficial da retirada do projeto que previa o parcelamento do 13º salário. As atividades escolares foram retomadas e a greve encerrou definitivamente no dia 18 de dezembro, quando, em reunião com o prefeito, foi assinado o acordo de fim de greve garantindo os direitos de professores e alunos.

A vitória, no entanto, vai muito além do retorno às salas de aula. A mobilização de 2025 resgatou a autoestima da categoria, fortaleceu os laços entre professores ativos e aposentados e reafirmou o papel do sindicato como instrumento legítimo de organização e luta. Mais do que barrar projetos, os educadores mostraram que, quando atuam de forma unificada, são capazes de interferir diretamente nos rumos da política pública e na defesa da educação municipal.

A LINHA DO TEMPO DA MOBILIZAÇÃO



5 de fevereiro

Primeira reunião do Sinprosm com o prefeito Rodrigo Decimo



1º de abril

Ato do Dia da Mentira reuniu centenas de professores



24 de abril

Assembleia que decretou o Estado de Greve



1º de maio

Ato do Dia do Trabalhador



21 de maio

Segunda reunião com o prefeito para tratar das demandas da categoria



2 de julho

O mês de julho foi de plenárias regionalizadas nas quatro regiões da cidade e...



16 de julho

... visitas às escolas para mobilizar a categoria



24 de julho

Em assembleia, professores definiram paralisações progressivas em agosto



29 de julho

Mais uma reunião com o prefeito que terminou sem nenhum encaminhamento sobre as demandas dos professores



6 de agosto

Ato com concentração em frente da prefeitura organizado por Saldanha Marinho



22 de agosto

Em caminhada pela Feira do Livro, manifestantes encontraram o prefeito Rodrigo Decimo



1º de setembro

Paralisação, caminhada e protesto contra o título de Cidade Educadora que seria lançado no mesmo dia no Theatro Treze de Maio



1º de setembro



7 de setembro

Professores protestaram durante o desfile de 7 de setembro, Dia da Independência



18 de setembro

Em reunião com o prefeito, foram apresentados cenários possíveis para a Reforma da Previdência



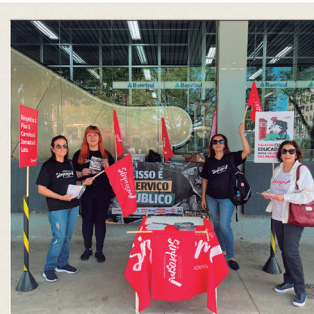
16 de outubro

Assembleia definiu por iniciar greve quando o PL da reforma fosse protocolado na Câmara



28 de outubro

Ato contra a reforma da previdência reuniu centenas de professores ativos e aposentados



3 de novembro

Sindicato e professores instalaram a banca permanente na Praça Saldanha Marinho



5 de novembro

No primeiro dia de greve, o Comando de Greve se reuniu para definir ações do movimento



18 de novembro

Em reunião com o prefeito, foram discutidos projetos da Câmara mantidos pela categoria

CONFIRA OS PRINCIPAIS FATOS DE UMA MOBILIZAÇÃO QUE SE INICIOU EM FEVEREIRO E DUROU O ANO DE 2025 INTEIRO. FORAM ATOS, SEMINÁRIOS, PARALISAÇÕES, GREVE E MUITA MANIFESTAÇÃO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E LUTA POR CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO.



maio

Com o prefeito mandando a



osto

ação na Praça do Trabalho foi até a Prefeitura para mais uma manifestação



embro

s sindicatos, conta os dois sindicatos para a previdência



embro

to nega retirar a greve segue categoria



29 de maio

Assembleia que manteve o Estado de greve e paralisação em 13 de junho



11 de agosto

Professores organizaram manifestações em frente às escolas para falar com a comunidade



25 de setembro

Assembleia define mais uma série de paralisações



19 de novembro

No dia seguinte, categoria foi às ruas pela retirada dos projetos da Câmara de Vereadores



3 de junho

Primeiro encontro do ciclo formativo sobre a previdência ocorreu por todo o mês de junho



18 de agosto

Paralisação e moção de apoio à luta dos professores municipais aprovada na Câmara de Vereadores



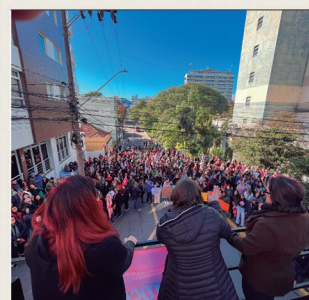
29 de setembro

Apoós mais uma reunião com o prefeito foi organizado um ato unificado com outros sindicatos



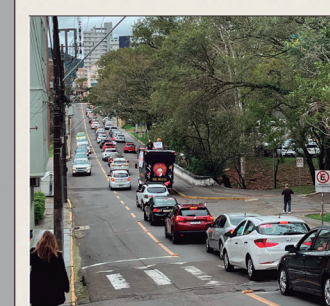
26 de novembro

Em assembleia, professores definem seguir em greve até 3 de dezembro



13 de junho

Ato e assembleia em frente a prefeitura para reivindicar o reajuste de 2025 e aprovação de indicativo de greve



20 de agosto

Carreata foi da Gare até a frente da prefeitura com grande adesão da categoria



1º de outubro

Mesmo com chuva, professores e servidores municipais foram à rua protestar contra a reforma da previdência

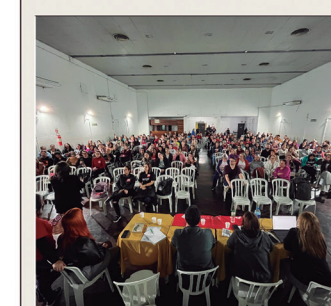


3 de dezembro

Com a retirada dos projetos de reforma e parcelamento de 13º, categoria decide por fim à greve



13 de junho



21 de agosto

Ação na praça da biblioteca pública e assembleia que formou o Comando de Greve e definiu paralisações pontuais em setembro



14 de outubro

Plenária uniu Sinprosm, Sindicato dos Municipários e o Movimento Municipários em Luta, e Sindicato dos Fiscais do Município.



18 de dezembro

Sinprosm e prefeitura assinam o Acordo de Fim de Greve

SINDICATO

A LINHA DE FRENTE DA M

A VISÃO DAS COORDENADORAS DO SINPROSM SOBRE UM DOS PERÍODOS MAIS IMPORTANTES DA HISTÓRIA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA



As coordenadoras do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (da esq. para a dir): Marta Hammel, Juliana Moreira, Deise da Silva, Celma Pitczak e Silvane Baptista ao fim da assembleia que homologou fim da greve

A atual coordenação do Sinprosm é formada por professoras de diferentes épocas de luta, diferentes vivências escolares e visões de mundo. Cada uma, com sua história, acrescenta o necessário em uma organização plural e ativa em

defesa da categoria dos professores municipais. Neste espaço, dedicamos ao leitor as percepções de cada uma das coordenadoras desta gestão do Sinprosm sobre o ano de 2025, sobre a mobilização e sobre a luta pela educação de Santa Maria.

DEISE DA SILVA

EDUCAÇÃO INFANTIL

A primeira greve da vida é um marco, especialmente na trajetória de uma sindicalista, como foi no meu caso. A todo momento sentimos a responsabilidade que é estar na coordenação do Sinprosm, um sindicato tão representativo e carregado de história.

O ano de 2025 foi complexo e nos preparou para que esse momento extremo acontecesse. Foi um período de muito aprendizado, luta e união da categoria. Estudamos, avaliamos, refletimos e mobilizamos

junto aos colegas. Gritamos em alto e bom som que direitos não se negociam: se defendem.

Enquanto professores, não esquecemos quem somos nem a que viemos. Lutar também é educar, como já dizia Paulo Freire, e foi isso que fizemos com coragem e compromisso.

Ficarão marcadas não apenas as batalhas travadas, mas a certeza de que, por meio da mobilização do povo trabalhador, é possível vencer. Foi uma honra lutar ao lado de cada colega, até a vitória.

CELMA PIETCZAK

COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO SINDICAL

É impossível falar da greve sem situá-la no contexto de 2025, um ano extremamente difícil para os professores municipais de Santa Maria. Já em fevereiro, o governo sinalizava que não haveria debate sobre o reajuste do piso nacional sem a aprovação de uma reforma previdenciária. O ano começou (e terminou) com falta de professores nas escolas, ausência de carga horária para planejamento, carência de estagiários e monitores, o que gerou sobrecarga intensa para docentes e equipes gestoras.

Esse cenário de precarização e descontentamento levou a um processo contínuo de luta que culminou na greve. Antes dela, houve paralisações pontuais e progressivas, atos de rua, presença constante na Câmara de Vereadores, ciclos de estudo sobre a previdência e plenárias. A greve foi sendo construída coletiva-

mente, como instrumento extremo, acionado quando todos os outros caminhos se mostraram insuficientes — e foi um movimento forte e bonito.

Mais do que suspender atividades, a greve se transformou em um espaço de aprendizagem, apoio e participação coletiva. As trocas nas bancas permanentes, nas visitas às escolas, nas reuniões do comando de greve e nas assembleias foram pedagógicas e nos fortaleceram para enfrentar a pauta mais complexa do ano: a reforma da previdência.

Estar à frente desse processo foi um grande desafio, pela responsabilidade de representar uma base diversa e defender conquistas históricas. Um desafio vencido pela participação de cada colega e pela construção coletiva. Um movimento que ficará na história do Sinprosm.

SILVANE BAPTISTA OLIVEIRA

ESCOLAS DO CAMPO

A história da valorização salarial do professor começa em 1823, com a primeira Constituição. Em 1923, já no início da industrialização, buscou-se garantir um piso salarial anual aos professores primários. Com a criação do salário mínimo, em 1942, houve um pequeno avanço, mas ele durou pouco.

Ao longo desse período, surgiram sindicatos e associações e ensaiaram-se greves, porém a Ditadura Militar reprimiu os movimentos reivindicatórios, difundindo a ideia de que o magistério deveria ser um “sacerdócio”, no qual o professor deveria se sacrificar sem questionar.

Em 2025, vivenciamos a segunda greve dos professores municipais de Santa Maria, como resposta a um pacote de retrocessos, incluindo a proposta de reforma da previdência e a retirada de direitos históricos. Diante de medos, inse-

guranças e pressões psicológicas, a categoria decidiu paralisar para defender conquistas construídas ao longo de décadas.

Sob uma perspectiva pedagógica, a greve é uma estratégia legítima para garantir condições básicas ao serviço público: recursos humanos, estrutura adequada e salários dignos. A Constituição de 1988 assegura a sindicalização e o direito de greve, e seu êxito depende da consciência coletiva de que os ganhos são para toda a categoria.

Durante a mobilização, união, participação e debate foram pilares do movimento. Mesmo diante do descaso e de políticas que fragilizam a Educação, seguimos firmes. Afinal, apesar das tecnologias disponíveis, a presença do professor segue sendo essencial para a aprendizagem. Que 2026 nos encontre mobilizados, fortalecidos e prontos para novos desafios.

MOBILIZAÇÃO

JULIANA CORRÊA MOREIRA

ORGANIZAÇÃO E PATRIMÔNIO

Em meus 22 anos de magistério, sendo 18 deles na rede municipal, vivi neste ano minha primeira greve — e também a primeira greve deste século na rede municipal. Foi um processo que me marcou tanto como integrante da coordenação sindical quanto como professora.

A greve não foi uma decisão simples, tampouco um momento confortável. Foi construída coletivamente, a partir de muito trabalho de base, diálogo, enfrentamento e coragem. Foram dias tensos, de desgaste, dúvidas e inseguranças, mas também dias de encontro e parceria — nos atos, na banca permanente da praça, na Câmara de Vereadores. Representou um gesto coletivo de

resistência frente à precarização que atinge diretamente os serviços públicos municipais e às reformas que ameaçam a dignidade de quem trabalha e dedica sua vida a eles.

Penso que todos e todas nós saímos desse processo transformados. Reafirmamos, na prática, que direitos não são concessões, mas conquistas alcançadas por meio da organização e da luta. Aprendemos que nossa força está na unidade, na construção coletiva e na coragem de enfrentar. Essa força precisa permanecer viva, pois a luta segue em 2026.

A história nos mostra que nenhum direito nasceu do silêncio, nem se sustenta sem mobilização.

MARTA HAMMEL

FINANÇAS

O ano de 2025 foi profundamente desafiador para o serviço público municipal de Santa Maria, especialmente para o magistério. Com a posse da “nova” administração, direitos historicamente conquistados passaram a ser atacados, exigindo da categoria resistência e organização coletiva ao longo de todo o ano. Esse processo culminou, em dezembro, em importantes vitórias.

Logo no início do ano, o Executivo condicionou o reajuste salarial e o cumprimento da Lei do Piso Nacional do Magistério à aprovação de uma reforma previdenciária. Diante desse cenário, o sindicato promoveu plenárias e espaços de formação para compreender a conjuntura educacional e fortalecer a luta em defesa da carreira docente.

A ação sindical se materializou em múltiplas frentes: plenárias, ciclos de estudo, atos públicos, paralisações, caminhadas, carreatas, mobilização nas redes sociais, audiências públicas, tri-

buna livre, divulgação na imprensa e presença constante na Câmara de Vereadores. Foram momentos intensos de debate, escuta e construção coletiva, fundamentais para romper com a cultura do silêncio e fortalecer a consciência política da categoria.

A greve, instrumento máximo de luta da classe trabalhadora, foi construída ao longo do ano e deflagrada em novembro. Durante um mês de intensa mobilização, vivenciamos um processo pedagógico e dialógico, marcado pela tensão entre o silêncio imposto e a palavra coletiva, entre o medo e a esperança, entre o conformismo e a transformação.

Encerramos esse movimento aguerrido, compartilhado com outras categorias municipais e com apoio do Legislativo, reafirmando que a história não está pronta: ela é feita e refeita cotidianamente. A greve não jaz. Ela vive — como memória, como aprendizado e como força para as lutas que seguem.



A coordenadora Vera Simon do Monte trouxe a importância da presença dos aposentados na mobilização, sempre engajada e participativa, a professora aposentada foi incansável durante todo o ano de 2025

VERA SIMON DO MONTE

APOSENTADOS

Vivi intensamente a Greve do Magistério Municipal. Foi um período que marcou profundamente a nossa história. Estive presente junto com outros professores aposentados, lado a lado com os colegas da ativa, em cada assembleia, caminhada, ato público, na praça, nas bancas, na Câmara de Vereadores e na Prefeitura. Estávamos lá com bandeiras, faixas e cartazes, firmes e determinados a dizer não à chamada “Reforma da Maldade”, como a própria categoria passou a nomear aquele ataque aos nossos direitos.

Foram dias difíceis, de angústia e tensão, mas em nenhum momento pensamos em recuar. Ao contrário: a convicção de que estávamos do lado

certo nos deu força para seguir. Nas assembleias convocadas pelo sindicato, muitas vezes éramos a maioria entre os docentes presentes.

Tínhamos disponibilidade de tempo, mas, acima de tudo, tínhamos a certeza de que nossa presença era fundamental para fortalecer as decisões e contribuir com as propostas que estavam sendo construídas coletivamente.

Resistimos até a retirada dos projetos. Esses dias não foram apenas um período de greve, mas um exercício profundo de compromisso, solidariedade e luta. Um tempo que ficará para sempre registrado na história do Sinprosm e na memória de quem acreditou que resistir vale a pena.

A LUTA CONTINUA EM 2026



O ano de 2025 revelou, de forma inequívoca, que a força do magistério municipal de Santa Maria ultrapassa os limites da sala de aula. Ela se manifesta na capacidade de organização coletiva, na participação ativa nas assembleias, na ocupação consciente dos espaços públicos e na decisão firme de não aceitar retrocessos impostos sem diálogo. Cada professora e cada professor que se manteve mobilizado, ativo ou aposentado, foi peça fundamental para transformar um cenário de ameaça em um processo de resistência vitoriosa.

A greve de 2025 não foi apenas uma paralisação das atividades escolares. Foi um ato político legítimo, construído democraticamente, que expôs contradições, forçou debates e recolocou os educadores

no centro das decisões que afetam diretamente o presente e o futuro da educação pública municipal. A união da categoria mostrou que direitos não são concessões: são conquistas que precisam ser defendidas permanentemente.

Mesmo com a retirada dos projetos de reforma da previdência e do parcelamento do 13º salário, o encerramento da greve não significou o fim da luta. Ao contrário, deixou claro que a mobilização precisa se manter viva. A categoria e o executivo municipal se reuniram no dia 18 de dezembro (foto) para celar o acordo de fim de greve. O documento garante às professoras e aos professores da rede municipal o direito à recuperação integral dos dias paralisados, conforme calendário definido pela SMED. O prefeito

também realizou o pagamento da gratificação natalina, porém o pagamento dos salários ficou em aberto e deve enfrentar problemas já no início de 2026.

Por isso, o magistério municipal segue em estado de alerta. A experiência recente demonstrou que somente a pressão organizada é capaz de garantir avanços concretos e impedir retrocessos. Se necessário, a categoria saberá, mais uma vez, ocupar as ruas, fortalecer as assembleias e cobrar, com firmeza e legitimidade, transparência, respeito e compromisso com os servidores públicos.

O que ficou de 2025 é um legado que não pode ser apagado. A greve resgatou a autoestima coletiva, fortaleceu os vínculos entre professores ativos e aposentados e reafirmou o

papel do sindicato como instrumento fundamental de representação e luta. Mais do que barrar projetos, a mobilização reacendeu a consciência de que a educação pública só se sustenta quando seus trabalhadores são valorizados, ouvidos e respeitados.

Que 2026 venha como continuidade desse aprendizado coletivo. Que traga novos desafios, mas também novas conquistas. E, sobretudo, que chegue com a certeza amadurecida ao longo dessa caminhada: a força dos educadores não se encerra com o fim de uma paralisação. Ela se acumula, se fortalece e se transforma em base sólida para as lutas que virão. Porque educar também é resistir — e essa categoria já mostrou que sabe fazer isso com coragem, dignidade e consciência histórica.

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA



A FORÇA DOS EDUCADORES

Primeira Classe é uma publicação bimestral do
Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria

CNPJ: 92458835/0001-08

Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040

Santa Maria - RS

Contato: (55) 3025-5458



PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Rodrigo Ricordi - MTB 17.101

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 100 exemplares

COORDENAÇÃO:

Aposentados: Vera Terezinha Simon do Monte
Comunicação e Formação Sindical: Celma Pietczak
Educação Infantil: Deise da Silva
Escolas do Campo: Silvane Baptista Oliveira
Finanças: Marta Hammel
Organização e Patrimônio: Juliana Corrêa Moreira